

Ajuda Memória - Acompanhamento Progestão nº 14/2017/COAPP/SAS

Documento nº 00000.047563/2017-18

Em 27 de julho de 2017.

Assunto: Oficina de Acompanhamento e Planejamento do Progestão no Rio Grande do Sul	
Nº do Processo Progestão: 02501.002216/2013-17	
Evento: <input checked="" type="checkbox"/> Oficina de acompanhamento <input type="checkbox"/> Reunião <input type="checkbox"/> Videoconferência	
Local: Auditório da SEMA/RS	Cidade: Porto Alegre/RS
Data: 05/07/2017	
Instituições participantes: DRH/SEMA/RS; FEPAM; Fórum Gaúcho de Comitês; ANA.	

Relato

1. A presente oficina, com programação anexa, aconteceu na sede da SEMA/RS em Porto Alegre e teve como objetivo avaliar a situação do cumprimento das metas pactuadas pelo estado no âmbito do Progestão no ano de 2017.
2. Participaram da oficina, o diretor do Departamento de Recursos Hídricos (DRH), servidores da Divisão de Outorga (DIOUT) e da Divisão de Planejamento (DIPLA), representante do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) e membro do Fórum Gaúcho de Comitês (FGC), além de participação eventual de servidores da Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEPAM) para tratar de assuntos relacionados à qualidade da água e segurança de barragens, conforme lista de presença anexa.
3. Durante a oficina foi verificada a situação de cada meta de cooperação federativa e de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual.
4. Com relação às metas de cooperação federativa destaca-se:

Meta I.1 - Integração de dados de usuários de recursos hídricos: conforme informado pelo Diretor de Recursos Hídricos, os usuários cadastros no Sistema de Outorgas do Rio Grande do Sul (SIOUT) são considerados, pelo estado, como usuários regularizados. Atualmente existem no SIOUT em torno de 32.000 cadastros de usuários, sendo que a maioria é de águas superficiais. No entanto, as outorgas emitidas pelo estado, desde a sua implementação, não foram ainda consistidas com os cadastros existentes no SIOUT. Para o CNARH, os dados válidos são aqueles regularizados por meio de outorgas de direito de uso dos recursos hídricos, usos insignificantes, dispensa de outorgas ou instrumento similar. Desta forma, apesar dos cadastros existentes no SIOUT, o CNARH só aceita aqueles regularizados pelo estado por meio de ato administrativo. No caso do Rio Grande do Sul, apenas os usos com dispensa de outorgas foram incluídos no CNARH, resultando em baixa implementação desta meta. Houve problema no compartilhamento dos dados do SIOUT com o CNARH em função de utilização de planilhas diferentes enviadas pela ANA, conforme informado pelos servidores, pois para gerar a planilha com os dados necessários para compartilhar com o CNARH, o DRH utiliza os serviços da Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul (PROCERGS) que implementa rotina para a leitura dos dados no SIOUT e geração da planilha conforme modelo enviado pela ANA. Foi sugerido, pela equipe da ANA, que a área técnica do DRH, responsável pelo cadastro entrasse em contato direto com a área técnica da ANA responsável pelo CNARH para resolver o problema de compartilhamento dos dados, procurando realizar um teste ainda na metade deste ano. Conforme informado, todas as outorgas de águas subterrâneas estão sendo digitalizadas no SIOUT pela Universidade de Lavras (UFLA), a qual

mantém contrato com a SEMA/RS para desenvolver e implementar o referido sistema, cuja previsão de encerramento é outubro/2017. Com relação às outorgas de águas superficiais, foi recomendado pela equipe da ANA que se utilizassem os recursos repassados pelo Progestão para inserir os dados de outorgas superficiais, atualmente em papel, para o SIOUT. No entanto, conforme informado pelo diretor do DRH, isso não será necessário, uma vez que os outorgados serão convocados a se recadastrar e, caso não o fizerem, suas outorgas se tornarão inválidas.

Meta I.2 - Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas: para o cumprimento da meta em 2016, os dados foram gerados manualmente no CNARH. Conforme informado pelo diretor do DRH, estes dados não irão alimentar o SIOUT e não resultou em efetivo ganho para as ações de gestão dos recursos hídricos no estado. Os dados dos poços outorgados pelo estado serão alimentados no SIOUT por meio do contrato com a Universidade de Lavras. Previsão de que todos os dados estejam no SIOUT até outubro, sendo que nem todos os dados existentes são os mesmos exigidos pelo CNARH para águas subterrâneas. Os servidores do DRH reclamaram que, durante o upload da planilha com os dados de águas subterrâneas, houve rejeição do uso em função de campos sem dados, mas que não existe tal informação no estado. A equipe da ANA informou que os dados de águas subterrâneas ainda não são obrigatórios no CNARH e sugeriram que a área técnica do DRH, responsável pelos dados de águas subterrâneas, entre em contato direto com a área técnica da ANA responsável pela certificação da meta (Cosub), para resolver os problemas de compartilhamento, visando o atendimento da meta do programa.

Meta I.3 - Contribuição para difusão do conhecimento: para atender esta meta não existem problemas. A FEPAM é responsável em informar sobre os dados de qualidade da água e o DRH é responsável por informar os dados de outorgas e de planos de recursos hídricos.

Meta I.4 - Prevenção de eventos hidrológicos críticos: essa meta vem sendo cumprida sem maiores problemas. Conforme informado, o monitoramento é realizado por mais de 400 estações telemétricas. A Sala de Situação é mantida com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FERH), através de contrato com uma empresa para implantação e manutenção da mesma, sendo responsável pela manutenção corretiva das estações de monitoramento e pela emissão dos boletins diários.

Meta I.5 - Atuação para segurança de barragens: os Artigos 8º, 9º e 10 da PNSB serão regulamentados até final deste ano. A FEPAM irá avaliar a possibilidade de levantar as informações sobre barragens de resíduos industriais.

5. Com relação às metas de gerenciamento de recursos hídricos, destaca-se:

Meta II.2 - Variáveis Legais, Institucionais e de Articulação Social: com relação à variável 1.1 de organização institucional do modelo de gestão, os representantes da ANA entenderam que houve um erro de avaliação na definição do nível de atingimento da meta em 2015 e 2016, pois os níveis 4 e 5 consideram que existe uma área específica da administração pública para a gestão dos recursos hídricos (Secretaria e Organismo Gestor), o que não é o caso do Rio Grande do Sul, que possui um departamento na Secretaria de Meio Ambiente. Inclusive foi esse o motivo pelo qual o estado, em 2013 não optou pela tipologia "C" de gestão. Com relação à gestão de processos, foi informado que as rotinas processuais estão bem definidas e com a implementação completa do Sistema de Outorga (SIOUT) e do Sistema Online de Licenciamento (SOL), todas a serem automatizadas. A SEMA está implementando o PROA (Processos Administrativo e-Gov), um sistema que permite a tramitação do processo administrativo com assuntos, sem um fluxo definido e com a sua tramitação integral em forma digital, através de atividades de cadastramento e movimentações efetuadas pelo próprio usuário. Os processos de outorga estão integrados com o licenciamento ambiental e com o Cadastro Ambiental Rural (CAR). O CRH reúne-se, ordinariamente, a cada dois meses. O estado fez a adesão ao Procomitê e pretendem aplicar os recursos deste programa em ações voltadas à capacitação, comunicação e educação ambiental. Com relação às Agências de Água ou Entidade Delegatária, a SEMA está em negociação com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) para exercer funções de agência, principalmente, na administração dos recursos arrecadados pela cobrança e recursos do FERH, as funções técnicas da agência seriam desempenhadas pelo DRH/SEMA, incluindo as funções de secretaria executiva dos Comitês. Atualmente a comunicação voltada à área de recursos hídricos é realizada por meio de notícias na mídia local. A página de internet da SEMA tem limitações imposta pela Secretaria de Comunicação do Estado, dificultando a inclusão de informações específicas de recursos hídricos. Ações de comunicação e difusão serão realizadas no âmbito do Procomitê. O Plano de

Capacitação está sendo elaborado nos moldes do *DesenvolveRH* e, atualmente, as atividades de capacitação vêm sendo realizadas por demanda dos CBHs, Ministério Público, entre outros entes, em temas relacionados à segurança de barragens, SIOUT etc. A articulação com os setores usuários tem sido realizada por meio de consultas para a definição de regras e outras ações, como por exemplo: definição sobre a cobrança de emolumentos para emissão de outorga, regulamentação da política de segurança de barragens no estado, regras para a indústria etc.

Meta II.3 - Variáveis de Planejamento: para melhorar o balanço entre disponibilidade hídrica e demandas de uso da água e aprimorar a emissão de outorga, está em elaboração um Termo de Referência para contratar serviços para avaliar o volume anual de recarga dos aquíferos no estado. As informações sobre disponibilidade hídrica estão em escalas diferentes e, estudo em andamento visa compatibilizar as informações para a escala 1:25.000. Com relação à divisão hidrográfica, existe uma Resolução do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) que aprovou essa divisão e, em 2017, pretende-se publicar Decreto Estadual para formalizar legalmente a divisão hidrográfica no estado, pois conforme a Lei Estadual 10.350/1994, a subdivisão das regiões hidrográficas em Bacias Hidrográficas será estabelecida por decreto do Governador. Existe um Plano de Metas para o estado, com visão estratégica, o qual é acompanhado por indicadores pelos diversos secretários de estado. O Plano Estadual de Recursos Hídricos foi aprovado pelo CRH em 2014, no entanto, conforme a política gaúcha de recursos hídricos, o PERH deve ser aprovado no âmbito da Assembleia Legislativa do estado e o DRH está propondo uma revisão na Lei de forma a retirar esta exigência. Atualmente, o estado conta com oito planos de bacia finalizados e oito encontram-se em elaboração, sendo que destes, sete apresentam proposta de enquadramento. Os novos planos a serem elaborados conterão o Plano de Efetivação do Enquadramento. Um estudo importante apontado pelos técnicos do DRH é a ampliação da rede de monitoramento por meio da integralização das estações do setor elétrico na rede do estado de forma a aprimorar o conhecimento sobre as disponibilidades hídricas e melhoria da decisão sobre a outorga. Um módulo de suporte à decisão está previsto na elaboração do SIOUT, mas ainda não foi implementado.

Meta II.4 - Variáveis de Informação e Suporte: a FEPAM possui um setor de geoprocessamento que dá apoio às ações do DRH. Aproximadamente 33.000 cadastros foram concluídos no SIOUT, sendo este auto declaratório. Com relação à rede de monitoramento hidrometeorológico, foi apontado pelos técnicos do DRH que, cerca de 60 hidrelétricas não dispõem de estação de monitoramento e estão demandando da ANA informações sobre as hidrelétricas que vêm cumprindo a Resolução 003/2010 ANA/ANEEL. Foi assinado um acordo com a Fepagro (extinta) para incorporar a rede agrometeorológica na rede de monitoramento hidrometeorológico. Com relação ao monitoramento da qualidade da água, a FEPAM assinou o Contrato Qualiágua com a ANA e já vem realizando as campanhas de coleta de amostras e medidas “in loco”. Ao final do programa, o estado chegará a monitorar continuamente 195 estações de qualidade da água e pretendem antecipar o atendimento da meta com implementação de laboratórios descentralizados. Com relação ao Sistemas de Informações, foi esclarecido que há previsão de disponibilizar um módulo no SIOUT para o balanço hídrico da Bacia Hidrográfica do rio Sinos. Os dados de usos já estão disponíveis no SIOUT para acesso público. Os dados hidrometeorológicos também estão em base de dados de sistema próprio da Sala de Situação, com algumas informações de acesso público. Com relação ao apoio à pesquisa e desenvolvimento tecnológico, a SEMA tem apoiado pesquisa por meio das universidades, no entanto tem dificuldade de repasse de recursos financeiros a estas instituições. Assim vem sendo estudado a possibilidade de repassar recursos através da Fundação de Apoio à Pesquisa do estado.

Meta II.5 - Variáveis Operacionais: com relação à variável *outorga*, o estado não realiza outorga de qualidade, o controle sobre lançamento de efluentes é realizado pela FEPAM no processo de Licenciamento, quando da emissão da Licença de Operação. Pretende-se incorporar estas licenças ao SIOUT possibilitando uma análise integrada. Até final de outubro, a Universidade de Lavras incorporará ao SIOUT as outorgas de poços e barragens dentro do contrato estabelecido para implementar o SIOUT no Rio Grande do Sul. As outorgas de águas superficiais serão atualizadas no SIOUT através de comunicação aos usuários, por meio de instrumento específico, para que realizem o cadastro e atualizem suas outorgas. A atuação planejada de fiscalização dependerá da conclusão do SIOUT. A implementação da Cobrança depende do acordo com o BRDE para exercer funções de agência de águas. Conforme informado pelo diretor do DRH, a federação dos arrozeiros já se posicionou a favor da cobrança. Espera-se implementar, em 2018, a cobrança pelo uso dos recursos hídricos nos comitês que já possuem planos atualizados. Foi aprovada, no âmbito da SEMA, a cobrança de emolumentos para a emissão de outorgas afim de cobrir os custos administrativos. Com relação à gestão e controle de eventos críticos foi apontado que o processo de aprovação da Política Estadual de Gestão de Riscos e

Desastres está em fase final e que as mudanças climáticas serão incorporadas no ZEE estadual e nos novos planos de bacia.

Aplicação dos Recursos Financeiros: foi questionado, por parte dos representantes da ANA, a execução financeira do Progestão pelo estado, uma vez que ao longo dos três anos de vigência do contrato os valores investidos perfazem em torno de 13% do valor recebido. Em resposta o Diretor do DRH informou que em 2017 está prevista a aquisição de mais um veículo para a fiscalização, além de equipamentos para a rede de monitoramento tais como guinchos e material de laboratório. Além destes investimentos há a previsão de investimentos num projeto piloto de gestão na Bacia do Ibicuí, através da Fundação Maronna, com valores da ordem de R\$ 500.000,00. Estes investimentos elevariam significativamente o nível de execução financeira do Programa.

Principais encaminhamentos ou providências a serem tomadas

6. Houve a recomendação, por parte dos representantes da ANA, que as áreas técnicas relacionadas ao cumprimento das metas de cooperação federativa entrem em contato direto com os técnicos das áreas certificadoras na ANA.

7. Os representantes da ANA ficaram de verificar junto à Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica (SGH) o que deve ser feito pelos técnicos do DRH para conseguirem as informações relativas à Resolução 03/2010 ANA/ANEEL.

Conclusões

8. O estado do Rio Grande do Sul possui um grande potencial para compartilhar as informações geradas de cadastro de usuários regularizados e de contribuir para as ações de implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), metas de cooperação federativa que o estado vem apresentando dificuldade em cumprir por diversos fatores.

9. É necessária uma maior articulação dos técnicos do DRH/SEMA e da ANA para melhorar o compartilhamento das informações de forma que o estado cumpra com a Resolução CNRH nº 126/2011 e atenda os quesitos da PNSB. Vale ressaltar que o Progestão é um programa indutor de ações necessárias para que os estados consigam atender os normativos legais.

10. Seria desejável que o DRH/SEMA estabelecesse um plano de aplicação anual dos recursos do Progestão a fim de permitir um melhor acompanhamento da execução financeira do Programa, otimizando a aplicação dos recursos transferidos.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS
Gestor do Contrato nº 114/ANA/2013
Portaria ANA nº 083, de 13 de abril de 2017

À SAS para conhecimento.

(assinado eletronicamente)
BRANDINA DE AMORIM
Coordenadora Substituta de Apoio e Articulação com o Poder Público

Ciente, para anexar ao processo.

(assinado eletronicamente)
HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES
Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

PROGESTÃO – RIO GRANDE DO SUL

OFICINA DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO – 01/2017

Local:	Sede do SEMA – Auditório do 15º Andar
Data:	05/07/2017
Objetivo:	Planejamento de ações para aprimorar a gestão dos recursos hídricos no estado e atingir os níveis das variáveis previstas no Progestão, conforme Quadro de Metas aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, bem como a avaliação do andamento das atividades.
Público alvo:	Deverão participar da oficina os responsáveis pelas ações relacionadas ao cumprimento das metas de cooperação federativa e das metas de gestão de recursos hídricos em âmbito estadual, além de membros do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) que estejam mais envolvidos com a avaliação do Quadro de Metas.
Resultados esperados:	Espera-se, ao final dessa oficina, o estabelecimento de ações que permitam a consecução das metas federativas e estaduais pertinentes ao Progestão e consequente aprimoramento da gestão dos recursos hídricos no estado.
Metodologia:	<p>Análise das metas – realizar uma análise crítica de cada uma das 5 metas de cooperação federativa bem como de cada nível das variáveis estaduais previstas no Quadro de Metas, identificando as dificuldades e os desafios.</p> <p>Identificação de ações – levantamento das atividades, ações e encaminhamentos necessários para atingir e/ou manter os níveis propostos no Quadro de Metas do Progestão, dentro do prazo de execução do programa, identificando os responsáveis, os prazos e as possíveis fontes de recursos necessários.</p> <p>Aplicação dos recursos – definir a aplicação dos recursos financeiros recebidos no âmbito do Progestão.</p>
Infraestrutura Necessária:	Sala de reunião compatível com a quantidade de pessoas convidadas e projetor para apresentações em PowerPoint.

PROGRAMAÇÃO

Dia 05/07/2017 (Quarta-feira)

08:30h – 12:00h

- ✓ Avaliação do atingimento das metas de cooperação federativas durante o ano 2017 (Cadastro de Usuários - CNARH; Águas Subterrâneas; Relatório de Conjuntura; Eventos críticos – Rede de Monitoramento e Sala de Situação; e Segurança de Barragens) e verificação dos desafios.
- ✓ Esclarecimento de dúvidas sobre os Informes 2017.

14:00h – 17:00h

- ✓ Avaliação do cumprimento das metas de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual durante o ano de 2017 e avaliar os desafios.
- ✓ Avaliação da utilização dos recursos financeiros repassados pelo Progestão e proposta de utilização até final do 1º Ciclo do programa.

	Nome do Participante	Instituição	Telefone	e-mail	Rubrica
1	Ellen Bassan Brunduzzi	DIOUT/SEMA	3288.8147	ellen-brunduzzi@sema.rs.gov.br	Ellen
2	Daiana Althaus	DIOUT/SEMA	3288.8147	daiana-althaus@sema.rs.gov.br	Daiana
3	Amanda W. Fadel	DIOUT/SEMA	3288.8147	amanda-fadel@sema.rs.gov.br	Amanda
4	Cláudia Luiz Alves	FGC	54.99648663	cla4216@gmail.com	Cláudia
5	Raíza Cristóvão Schuster	DIPLA/SEMA	3288.8140	raiza-schuster@sema.rs.gov.br	Raíza
6	MARCO R. R. DE FREITAS	ANA	2109.5390	marco.freitas@ana.gov.br	Marco
7	BRANDINA DE AMORIM	ANA	(61)2109-5233	brandina.amorim@anagov.br	Brandina
8	SERGIO MOZART FERREIRA	SEMA/DRH	3288.8140	semozweb@gmail.com	Sergio
9	Claudia Bos Wolff	DIPLA/DRH	3288-8145	claudia-wolff@fepam.rs.gov.br	Cláudia
10	THAYSE C. S. DO PRADO	DIPLA/DRH	3288.8145	thayse-scs@sema.rs.gov.br	Thayse
11	ERROL GASTAR DOS SANTOS	DIPLA/DRH	3288.8143	ERROL@FEPAM.RS.GOV.BR	Errol
12	Karolina Turcato	Dipla/DRH	3288.8140	karolina-turcato@sema.rs.gov.br	Karolina Turcato
13					
14					
15					
16					
17					